



Comissão pró Índio
de São Paulo

RELATÓRIO
PÚBLICO
2002

PROGRAMA POVOS INDÍGENAS

O Programa Povos Indígenas da CPI-SP tem como beneficiários os povos indígenas do Estado de São Paulo, com destaque para as comunidades Guarani localizadas no Litoral Norte.

Até o ano passado, a CPI-SP empreendia também ações de apoio à luta dos Guarani Kaiowá (do Mato Grosso do Sul) por sua terra.

Esta linha de ação foi concluída em 2002, com a decisão da CPI-SP de concentrar suas atividades nas comunidades indígenas de nosso Estado.

Os dados do censo de 2000 sobre a população indígena (divulgados em 2002 pelo IBGE) reforçaram a importância de um programa dirigido aos povos indígenas em São Paulo.

Segundo o censo, o Estado de São Paulo possui a terceira maior população indígena do Brasil: 63.789 indivíduos.

Embora estes dados tenham sido questionados, é inegável que a população indígena em nosso Estado é muito maior do que os 2.716 índios apontados pela FUNAI.

As informações trazidas pelo último censo, sem dúvida, suscitam o repensar das políticas públicas voltadas à população indígena em São Paulo.

O Programa Povos Indígenas está estruturado em quatro linhas de ação: demarcação das terras indígenas, etnodesenvolvimento, políticas públicas e divulgação.

Durante o ano de 2002, a CPI-SP trabalhou arduamente para levantar recursos para garantir a continuidade e especialmente o fortalecimento do Programa Povos Indígenas.

Há alguns anos, a CPI-SP vem encontrando dificuldades para dar andamento ao Programa Povos Indígenas por falta de financiamento.

Felizmente, o esforço empreendido ao longo do ano passado resultou na aprovação de novos apoios, que permitirão a consolidação deste programa a partir de 2003.

Este relatório dá publicidade às ações realizadas pela Comissão Pró-Índio de São Paulo em 2002. O objetivo desta iniciativa é disponibilizar aos nossos beneficiários e parceiros, bem como à opinião pública, mais um instrumento para acompanhar a intervenção de nossa organização e seus resultados.

DIREITOS TERRITORIAIS

Já há vários anos, a CPI-SP apóia - em parceria com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Procuradoria da República no Estado de São Paulo - os Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul na luta pela consolidação de seus direitos territoriais.

Em 2002, a CPI-SP prestou seu apoio aos Kaiowá de Cerro Marangatu, cujo território está localizado no município de Antônio João e tem uma população aproximada de 500 pessoas.

Os índios estiveram ameaçados por uma ação de reintegração de posse solicitada por uma das cinco principais famílias que ocupam e reivindicam a posse da terra indígena com base em título de propriedade concedido ilegalmente pelo Estado do Mato Grosso do Sul.

Em fevereiro, a CPI-SP foi procurada por representantes dos Kaiowá e seus advogados do CIMI Regional-MS, que solicitavam apoio para reverter a decisão judicial que concedeu mandado de despejo contra os índios.

As ações para a resolução do conflito foram desenvolvidas em parceria com o CIMI-MS, a Procuradoria da República no Estado de São Paulo, a Survival International e a CAFOD e envolveram, entre outras atividades: uma campanha internacional de pressão perante o Judiciário e a produção de subsídios sobre o caso para o Secretário de Estado dos Direitos Humanos, a Procuradoria Regional da República em São Paulo, e os Juízes do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em São Paulo.

A campanha alcançou resultados bastante positivos.

Em maio, a juíza do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em São Paulo, ao apreciar o agravo regimental, ajuizado pelo MPF e a FUNAI, cassou a liminar que interrompia o prosseguimento da demarcação de Cerro Marangatu. Com esta decisão judicial, o processo de demarcação pode ter continuidade.

A segunda decisão importante ocorreu também no mês de maio, quando o juiz federal substituto de Dourados (MS) julgou a ação de reintegração de posse proposta pelos ocupantes irregulares de Cerro Marangatu.

Na sentença, entendeu o juiz que os Guarani Kaiowá têm direitos originários sobre a terra que ocupam e o fato de ela não ter sido ainda demarcada não pode ser alegado para impedir a posse permanente que eles detêm. Portanto, os títulos apresentados pelos pretensos proprietários são nulos.

Concluiu o juiz em sua sentença que, não sendo possível os autores juridicamente reivindicarem a posse de uma terra indígena, o processo deveria ser extinto sem julgamento do mérito.

Finalmente, em outubro de 2002, o Ministro da Justiça assinou portaria declarando posse permanente dos Guarani Kaiowá os 9.300 hectares da Terra Indígena Nande Ru Marangatu (Cerro Marangatu).



SEGURIDADE ALIMENTAR

O Projeto Roça de Milho está sendo implantado e gerenciado pela comunidade Guarani da Aldeia Boa Vista (Município de Ubatuba - SP) com assessoria da CPI-SP.

A atuação da CPI-SP dá-se através do apoio técnico para instalação do roçado e assessoria na administração dos recursos do projeto.

O projeto possibilitou a retomada da agricultura tradicional para produção de alimentos e do milho *avaxi etei* - elemento importante da atividade ritual dos Guarani.

Em 2002, as roças foram diversificadas com a formação de bananais – comunitário e familiares – com as espécies nanica e ouro.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Em setembro, a CPI-SP promoveu uma oficina de educação ambiental com a comunidade da Aldeia Boa Vista, que contou com a participação de 33 índias e 29 índios.

Esta iniciativa integra a etapa inicial do projeto “Novos Rumos no Horizonte dos Guarani da Boa Vista”, desenvolvido pela CPI-SP em parceria com a Associação Indígena Tembiguaí.

Nesta oficina, os Guarani foram convidados a fazer uma reflexão conjunta sobre o uso dos recursos naturais e a produção de artesanato ao longo do tempo.

Na ocasião, os índios demonstraram que estão preocupados com as ameaças que pairam sobre seu território e conscientes da necessidade de buscar alternativas para a geração de renda e o manejo dos recursos naturais.

As idéias e propostas surgidas durante esta oficina foram sistematizadas pela CPI-SP em uma cartilha distribuída entre os membros da Aldeia Boa Vista.

POLÍTICAS PÚBLICAS EM SÃO PAULO

A CPI-SP - juntamente com o Conselho Indigenista Missionário, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e a Universidade Sagrado Coração de Bauru - contribuiu com a iniciativa da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de São Paulo, de promoção das audiências públicas “Vamos ouvir a voz dos que não têm vez”.

A iniciativa teve por objetivos: ouvir os depoimentos das lideranças indígenas; apontar as possibilidades de intervenção da Assembléia Legislativa na garantia e consolidação dos direitos indígenas; subsidiar a atuação dos deputados da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa sobre a questão; e propiciar o diálogo entre os representantes dos órgãos governamentais envolvidos com a questão e as lideranças indígenas.

Foram realizadas seis audiências públicas entre fevereiro e junho de 2002 em regiões geográficas diferentes para garantir a efetiva participação de representantes de todas as terras indígenas localizadas em São Paulo.

Através das audiências foi possível construir um diagnóstico atualizado e representativo das demandas das comunidades indígenas em São Paulo.

Um dos resultados dessas audiências foi a formação de um Grupo de Trabalho na Fundação ITESP para iniciar o processo de ampliação das terras indígenas Barragem e Krukutu (localizadas na região de Parelheiros, extremo-sul do município de São Paulo).

Este GT realizou vistoria nessas áreas e elaborou a proposta de ampliação. Atualmente, os processos estão em tramitação na FUNAI.

Outro produto importante foi a iniciativa do Deputado Renato Simões (PT) de apresentar o Projeto de Lei nº 409/2002 que cria o Conselho Estadual dos Povos Indígenas de São Paulo. De acordo com o projeto de lei, que se encontra em tramitação na Assembléia Legislativa, o Conselho Estadual dos Povos Indígenas será um órgão colegiado, de caráter deliberativo, que terá o objetivo de promover, em âmbito estadual, políticas públicas que contemplem as comunidades indígenas do Estado de São Paulo.



PROGRAMA COMUNIDADES QUILOMBOLAS

www.quilombo.org.br

Em 2002, a CPI-SP desenvolveu ações entre as comunidades quilombolas no Pará e em São Paulo.

No Estado de São Paulo, a intervenção da CPI-SP esteve centrada na Comunidade do Camburi, que está localizada no município de Ubatuba e tem uma população de cerca de 230 pessoas.

Já no Pará a atuação da CPI-SP é mais ampla.

Envolve uma parceria de mais de 10 anos com a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná - ARQMO, que representa 28 comunidades com população estimada em 6.000 pessoas.

Destacamos que, em 2002, o trabalho desenvolvido em Oriximiná ganhou um importante reconhecimento: o Prêmio Banco Mundial de Cidadania, concedido ao Projeto Manejo dos Territórios Quilombolas no mês de junho. Para saber mais sobre esse projeto, consulte o site www.quilombo.org.br.

As ações no Pará incluem também parcerias com a Coordenação Estadual de Comunidades Quilombolas do Pará e com as comunidades e associações do Baixo Amazonas.

Na região do Baixo Amazonas estão localizadas 48 comunidades quilombolas: 13 no município de Óbidos, 1 em Alenquer, 6 em Santarém e 28 em Oriximiná.

Para estes beneficiários, a CPI-SP desenvolve projetos de desenvolvimento sustentado; apóia a luta pela titulação das terras, organiza oficinas e treinamentos, bem como presta assessoria na área organizativa.

Vejamos as principais realizações em 2002.



DIREITOS TERRITORIAIS

TERRAS DE QUILOMBO EM ORIXIMINÁ

As 28 comunidades quilombolas em Oriximiná estão distribuídas em sete territórios, sendo que quatro destes já se encontram titulados, totalizando 300.613,5214 hectares.

Desde 2000, encontra-se em tramitação no Instituto de Terras do Pará mais um território: a Terra Quilombola Alto Trombetas, ocupada por cinco comunidades (cerca de 190 famílias) e com dimensão total de cerca de 200.000 hectares.

Em 2002, a ARQMO e a CPI-SP conseguiram uma importante conquista nesse processo: a assinatura pelo Governador do Pará, Almir Gabriel, do Decreto nº 5.273, de 3 de maio de 2002, que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis incidentes na Terra Quilombola Alto Trombetas.

Esta iniciativa reveste-se de especial significado por se tratar da primeira desapropriação em terras de quilombo efetuada pelo governo do Pará.

Sua importância reside também no fato de contrapor-se ao entendimento do governo FHC, que considerou ilegal a desapropriação de terras para fins de regularização de áreas de comunidades remanescentes de quilombos e, assim, inviabilizou a titulação de grande parte das terras de quilombo.

TERRAS DE QUILOMBO EM SANTARÉM

A ARQMO e a CPI-SP vêm atuando conjuntamente para prestar apoio às comunidades quilombolas do município de Santarém (PA), que ainda estão começando a se organizar para lutar pela titulação de suas terras.

Em 2002, a ARQMO realizou uma série de reuniões nas comunidades Saracura, Arapemã e Bom Jardim para prestar esclarecimentos sobre o processo de titulação de terras de quilombo.

Já a contribuição da CPI-SP foi a de viabilizar o estudo etno-histórico das três comunidades.



O patrocínio deste estudo teve duplo objetivo. Por um lado, buscou reunir elementos para subsidiar o processo de regularização fundiária de forma a fortalecer a declaração de auto-reconhecimento da condição quilombola destas comunidades.

De outro, esta iniciativa buscou estimular a reflexão das próprias comunidades sobre a sua história e contribuir com a valorização da origem e da identidade desses grupos.

A visita do pesquisador às comunidades foi realizada em julho de 2002.

Em 2003, o documento deverá ser apresentado e discutido com as comunidades para posterior encaminhamento aos órgãos governamentais.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

PRODUÇÃO COMUNITÁRIA DA CASTANHA EM ORIXIMINÁ

No ano de 2000, a ARQMO e a CPI-SP iniciaram a implantação do sistema comunitário de extração e comercialização da castanha-do-pará - ação que integra o projeto Manejo dos Territórios Quilombolas.

Na sua primeira etapa (2000 a 2005), as metas do projeto são a organização dos castanheiros e a implantação de infra-estrutura de forma a viabilizar a produção coletiva e

a comercialização do produto diretamente com a usina de beneficiamento.

Na etapa posterior, a ARQMO e a CPI-SP estarão buscando o beneficiamento da castanha e a criação de uma marca própria.

Em 2002, mais 8 comunidades passaram a integrar o sistema comunitário da castanha, ampliando para 15 o número de comunidades envolvidas.

Participaram da safra de 2002 (janeiro a maio) 233 quilombolas.

Foram comercializadas 2.040,5 caixas de castanha, que geraram um faturamento de 15.493 reais.

ECOTURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O PASSAPORTE PARA O FUTURO DA COMUNIDADE DO CAMBURI

O projeto, desenvolvido em parceria com a Associação dos Moradores do Bairro do Camburi, a Associação do Quilombo do Camburi, o Instituto Gondwana e o Parque Estadual da Serra do Mar /Núcleo Picinguaba desde julho de 2002, tem por objetivo ordenar e incrementar o turismo já praticado nas terras do Camburi.

A iniciativa busca também contribuir com o fortalecimento da cidadania, da identidade étnica e da organização dos quilombolas e caiçaras que constituem a comunidade do Camburi.

Devido à grande beleza cênica da área, à presença de inúmeros atrativos naturais e ao acesso relativamente fácil, a atividade turística tem se intensificado nos últimos anos, porém de maneira desordenada e descontinuada ao longo do ano.

Embora constitua um importante complemento de renda para as famílias locais, o turismo como vinha sendo praticado ameaçava a saúde dos moradores e degradava o meio ambiente.

O projeto inclui as seguintes linhas de ação:

- capacitação dos moradores como monitores de ecoturismo - em 2002 foram realizadas 7 oficinas para um público de 42 pessoas;
- levantamento dos atrativos terrestres, costeiros e marinhos e elaboração de roteiros para passeios “de terra e de mar”;
- produção de material de divulgação (filipeta, folder e adesivo);
- aquisição de equipamentos para a atividade de turismo (como barco de alumínio para os passeios, placas informativas, equipamentos de primeiros socorros, etc.).

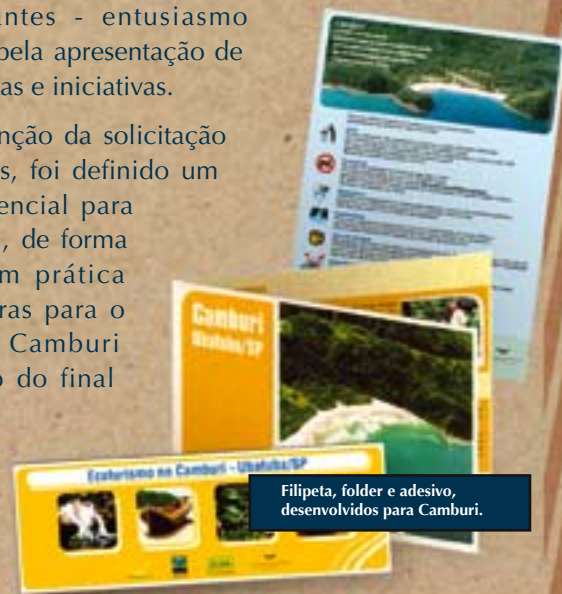
Já em 2002, o projeto gerou alguns resultados importantes.

A sua execução levou os grupos que constituem a comunidade (quilombolas e caiçaras) a estreitar relações.

Por outro lado, trouxe um novo relacionamento do Camburi com a direção do Parque Estadual da Serra do Mar (unidade ambiental que abarca a área da comunidade). O diálogo foi intensificado, possibilitando a explicitação dos conflitos e a busca de soluções conjuntas.

O projeto abriu também uma perspectiva de futuro antes ausente e entusiasmou os participantes - entusiasmo comprovado pela apresentação de novas propostas e iniciativas.

Assim, em função da solicitação dos monitores, foi definido um Plano Emergencial para o Verão 2003, de forma a colocar em prática as novas regras para o turismo no Camburi antes mesmo do final do projeto.



Filipeta, folder e adesivo, desenvolvidos para Camburi.

POLÍTICAS PARA AMPLIAR E QUALIFICAR A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

É crescente na CPI-SP a preocupação com a questão de gênero.

Na implantação de seus projetos, a CPI-SP tem procurado promover ações destinadas a favorecer a igualdade de oportunidades e a participação das mulheres.



PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES QUILOMBOLAS NO PROGRAMA CASTANHA (ORIXIMINÁ)

Em 2002, a ARQMO e a CPI-SP, com a consultoria da Sempreviva Organização Feminista - SOF, iniciaram a construção de uma política de gênero para o Programa Castanha.

Para tal, promoveram duas oficinas destinadas a: reconhecer as representações de mulheres e homens sobre o castanhal e o trabalho de coleta e beneficiamento da castanha; identificar a relação de mulheres e homens com o Programa Castanha; e levantar propostas para

ampliar e valorizar a participação das mulheres no programa.

As oficinas foram realizadas no mês de setembro em duas comunidades e contaram com 69 quilombolas de 21 comunidades de Oriximiná.

As propostas aprovadas no evento nortearão o processo de avaliação e adequação do sistema comunitário da castanha a ser realizado em 2003.

RELAÇÕES DE GÊNERO NA FAMÍLIA QUILOMBOLA

Entre 13 e 14 de dezembro, foi realizado um encontro de mulheres associadas da ARQMO com o objetivo de levar a reflexão de gênero para o âmbito da família, ou seja: pensar como a família quilombola se organiza, como são tomadas as decisões, como é a divisão de responsabilidades dentro da família.

A discussão sobre as relações de gênero dentro da família é relevante e complementar ao debate sobre o Programa Castanha (iniciado nas oficinas), uma vez que a família é a unidade de produção dos quilombolas.

O encontro contou com a participação de 34 mulheres e a consultoria da União de Mulheres de São Paulo.

SAÚDE DA MULHER

Em 2002, a ARQMO e a CPI-SP deram continuidade às ações voltadas à discussão da saúde da mulher. Assim, entre abril e junho de 2002, foram realizados 3 encontros de comunidades sobre a Saúde da Mulher Quilombola.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

CAMPANHA DO LIXO

Para o ano de 2002, a ARQMO e a CPI-SP definiram como tema prioritário de seu programa de educação ambiental a questão do lixo doméstico.

O lixo vem-se tornando um problema cada vez mais sério em função do crescimento da população quilombola e do progressivo aumento no consumo de produtos industrializados, cujos resíduos acabam poluindo as comunidades, os rios, os lagos e a mata.

A campanha, implementada com o apoio do IBAMA/FLONA Saracá-Taquera, incluiu as seguintes atividades:



- produção de folheto explicativo (maio);
- formação de monitores através de oficina de capacitação - a oficina, ministrada por dois técnicos do IBAMA integrantes da equipe da Floresta Nacional Saracá-Taquera, contou com 56 participantes (20 mulheres e 36 homens - professores, agentes de saúde e lideranças), representando todas as 28 comunidades quilombolas do município de Oriximiná (junho);
- palestras dos monitores nas escolas quilombolas (para as crianças e também nas aulas de jovens e adultos), nas comunidades, e nas visitas regulares dos agentes de saúde (junho e julho);
- organização de mutirões para o recolhimento do lixo e a abertura de aterros em todos os centros comunitários - foram realizados 30 mutirões, envolvendo a participação de cerca de 550 pessoas (agosto e setembro);
- monitoramento do andamento da campanha através de visitas e reuniões dos monitores (outubro e novembro).

CURSO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Realizado em Oriximiná no mês de fevereiro, com a participação de 80 quilombolas.

O curso foi ministrado por dois técnicos do IBAMA e abordou temas como: noções de ecologia; desmatamento e manejo comunitário de produtos madeireiros e não-

madeireiros; uso sustentado dos recursos pesqueiros; legislação ambiental, pesca e Código das Águas.

CAPACITAÇÃO

OFICINA DE CAPACITAÇÃO EM PMA

A oficina teve por objetivo capacitar os dirigentes da Comissão Estadual de Comunidades Quilombolas do Pará e da ARQMO em planejamento, monitoramento e avaliação de forma a disponibilizar aos beneficiários novos instrumentos para planejar, conduzir e avaliar sua intervenção.

O evento, realizado em outubro em Oriximiná, contou com a participação de 31 quilombolas de diferentes regiões do Pará.

CAPACITAÇÃO DE MULHERES E JOVENS DO CAMBURI

Entre janeiro e junho, a CPI-SP promoveu 14 oficinas de capacitação na Comunidade Camburi, que envolveram 45 mulheres e 65 jovens.

As oficinas tiveram por intuito capacitar mulheres e jovens na confecção de peças de crochê, bordados e de retratos com folhas de bananeira bem como criar um espaço de discussão dos diversos problemas enfrentados pela comunidade.

O artesanato produzido nas oficinas está sendo comercializado para os turistas e nas festas tradicionais da região.



Parcerias em 2002

Beneficiários

Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná

Associação Indígena *Tembiguai*

Associação dos Moradores do Bairro do Camburi

Associação do Quilombo do Camburi

Comissão Estadual de Comunidades Quilombolas do Pará

Conselho de Mulheres Indígenas *Kunhã Arãndu Porã*

Comunidade Indígena *Cerro Marangatu*

Comunidade Remanescente de Quilombo Bom Jardim

Comunidade Remanescente de Quilombo Arapemã

Comunidade Remanescente de Quilombo Saracura

Ongs

Agência Católica da Inglaterra e País de Gales para o Desenvolvimento - CAFOD

Conselho Indigenista Missionário - CIMI

Instituto Gondwana

Sempre Viva Organização Feminista - SOF

Survival International

União de Mulheres de São Paulo

Universidades, Executivo, Legislativo e Empresas

Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de São Paulo

Floresta Nacional Saracá-Taquera - IBAMA

Mineração Rio do Norte

Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo Picinguaba

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Procuradoria Regional da República em São Paulo

Universidade Sagrado Coração de Bauru

Participação em Redes e Articulações

Associação Brasileira de Ongs - ABONG

Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA

Fórum Paulista de Ongs - FOPONG

Processo de Articulação e Diálogo entre Agências Ecumênicas Europeias e Entidades Parceiras do Brasil - PAD

Rede de Ongs da Mata Atlântica

Financiadores

CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço

Dka-Áustria

ICCO - Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento

Fundação Heinrich-Böll

Instituto Internacional de Educação do Brasil - Programa Natureza e Sociedade

Instituto Souza Cruz

Kerkinactie - Ministérios Globais

OXFAM

SAAP-FASE

RELATÓRIO FINANCEIRO



DESPESAS 2002	R\$ 442.492,83	%
Programa Povos Indígenas	19.781,94	4,47%
Prog. Comunidades Quilombolas	155.854,92	35,22%
Gestão	242.536,77	54,81%
Quitação de dívida de longo prazo	24.319,20	5,50%

RECEITAS Projetos 2002	R\$ 301.129,55	%
ICCO	161.429,72	54%
Instituto Souza Cruz	80.000,00	27%
Natureza e Sociedade	13.500,00	4%
Fundação BOLL	13.000,00	4%
DKA Áustria	11.216,03	4%
CESE	9.000,00	3%
Ministérios Globais	8.983,80	3%
SAAP / FASE	4.000,00	1%

Saldo Projetos 2001 221.705,44

Recursos disponíveis 2002 522.834,99

Órgãos Diretivos e Consultivos Conselho Diretor: Carlos Fernando da Rocha Medeiros, Glenn Switkes, Flávio Jorge Rodrigues da Silva, Lúcia Helena Vitalli Rangel, Mara Lúcia Manzoni Luz • **Conselho Consultivo:** Alain Charles Edouard Moreau, Dalmo de Abreu Dallari, David Zylbersztajn, João Paulo Botelho Vieira Filho, Lux Boelitz Vidal, Orlando Sampaio Silva • **Coordenação Executiva:** Lúcia Mendonça Morato de Andrade
Coordenação e Administração Coordenadora do Programa Povos Indígenas: Selma Gomes • **Coordenadora do Programa Comunidades Quilombolas:** Lúcia Andrade • **Gerente Administrativa:** Jana Eleonôra Branco d'Avila • **Auxiliar de Contabilidade:** Lourival dos Santos Souza • **Auxiliar de Secretaria:** Leandro César Fernandes

Fotos Arquivo CPI-SP (capa, pág. 3) • Carlos Penteadó (págs. 4, 5, 7 e quarta capa) • Ulisses Xavier (pág. 8) **Projeto Gráfico** Irmãs de Criação



IMPRESSO

Comissão Pró-Índio de São Paulo
Rua dos Pinheiros, 54 conjunto 02
05422-000 São Paulo - SP - Brasil
fone/fax: (11) 3088.7729 3088.6905
e-mail: cpisp@cpisp.org.br
www.cpisp.org.br